

Receitas do governo têm superávit

Economia - Brasil

■ Ganho supera despesa em R\$ 13,6 bi no primeiro semestre e dá folga à equipe econômica para atingir meta do FMI

VIVIAN OSWALD

BRASÍLIA – As receitas do governo superaram as despesas em R\$ 13,62 bilhões nos primeiros seis meses do ano. Esse resultado dá à equipe econômica uma folga de R\$ 700 milhões para operar as suas contas e atingir a meta estipulada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) no fim do ano, definida em R\$ 30 bilhões. Pelo acordo, as contas do governo deveriam ser positivas em R\$ 12,88 bilhões no primeiro semestre. Mas esse desempenho só foi possível porque essa é sexta vez consecutiva que o Brasil consegue saldo positivo em suas contas, segundo o chefe do Departamento Econômico do Banco Central (BC), Altamir Lopes.

Somente no mês de junho, o superávit primário do setor público – que não considera a conta de juros – chegou a R\$ 2,58 bilhões. O responsável pelo resultado foi o governo central – Previdência Social, Banco Central, Tesouro Nacional e estatais federais –, que teve um superávit de R\$ 2,80 bilhões no período. Os governos regionais – governos estaduais, municipais e estatais estaduais e municipais – tiveram um déficit de R\$ 223 milhões em junho.

Quando contabilizadas as despesas com juros das dívidas públicas, as contas do governo

registram resultado negativo. O déficit nominal em junho foi de R\$ 5,8 bilhões. Embora não seja bom, é quase a metade do rombo de maio – déficit de R\$ 10 bilhões. A desvalorização do real frente ao dólar e às taxas de juros básicas da economia (Selic), ajudaram a reduzir a conta dos juros para R\$ 8,39 bilhões, contra R\$ 10,51 bilhões em maio.

Redução – Segundo Lopes, a desvalorização do real em junho foi de 2,64%, inferior aos 3,81% do mês anterior, o que diminuiu a conta que o governo precisou pagar de dívidas em dólar. Já a Selic, que remunera os títulos pós-fixados emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central, também teve uma redução no período, passando de 2,02% ao mês, em maio, para 1,67% ao mês em junho, diminuindo o serviço dessa dívida.

Mesmo assim, no acumulado deste ano, o déficit nominal – R\$ 70,99 bilhões – continua elevado e é praticamente o dobro daquele obtido em igual período de 1998, quando atingiu R\$ 32,60 bilhões. Mas a explicação para essa deterioração está na alta dos juros promovidas pelo BC para conter os efeitos da crise russa no fim do ano passado e a desvalorização do real no início deste ano. Em 12 meses, esse prejuízo vem caindo lentamente e está em 12,10% do Produto Interno Bruto (PIB). Em-

bora não exista uma meta para déficit nominal com o FMI, o governo espera que esse indicador feche o ano em 8,98% do PIB.

As estimativas para as contas primárias – que não incluem os juros – para o segundo semestre são otimistas, segundo Lopes. O governo espera para engordar as suas receitas no período a entrada de recursos provenientes da cobrança da CPMF e da Cofins, uma parcela de concessão do Sistema Telebrás e os efeitos do nível da atividade econômica, que pode ser melhor nos últimos meses do ano. E para as despesas não existem expectativas de gastos extraordinários. Lopes explicou que as grandes concentrações de despesas ocorreram no início do ano.

Apesar de já ter lançado os números das contas das empresas estatais do governo, o BC não confia muito neles. Nos cálculos de junho, esses números apresentam uma discrepância de quase R\$ 2 bilhões em relação aos dados apresentados pelo Ministério da Fazenda. Embora a conta do governo central tenha sido positiva, esse resultado pode ser ainda melhor se os R\$ 923 milhões calculados como déficit das estatais federais for revisto para o superávit de cerca de R\$ 1,5 bilhão estimado pela Fazenda. O BC pesquisa para saber os números corretos e, se necessário, corrigir o resultado.